

DESAFIOS ENCONTRADOS POR PEQUENOS PRODUTORES NO ACESSO AO CRÉDITO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS

Thaís Sousa Teixeira¹; Leiliane Rodrigues da Silva Emoto².

¹Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá, thaissousatx@gmail.com;

²Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá, leiliane.emoto@ueg.br.

INTRODUÇÃO

O acesso ao crédito rural é essencial para a viabilidade econômica da agricultura familiar, pois a ausência de recursos financeiros adequados impacta negativamente na produção, na renda e na segurança alimentar das famílias que necessitam desse recurso.

O crédito rural é adquirido por meio de um financiamento ofertado a produtores rurais para que invistam em sua propriedade, com a finalidade de obterem sucesso no desenvolvimento agrícola.

Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e privadas a produtores rurais ou às suas cooperativas para aplicar em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor, ou seja, ET e seus regulamentos (Opitz, 2019, p. 265).

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é um programa especial de apoio ao pequeno produtor, que oferece crédito para pequenos agricultores investirem no setor rural para obterem melhor renda. Segundo Rocha, G. e Ozaki (2020, p. 27) “para incluir os pequenos produtores rurais e diminuir as desigualdades da distribuição de crédito, o governo criou o Pronaf, a primeira política pública exclusiva para a agricultura familiar”.

Contudo, apesar de sua importância, o acesso ao crédito para pequenos agricultores ainda enfrenta vários desafios como a burocracia demasiada, juntamente a complexidade dos procedimentos para adquirir o crédito, que dificulta a participação de produtores com poucos recursos e poucos conhecimentos técnicos.

Outras dificuldades são [...] a necessidade de elaboração de um projeto (que exige o serviço de um técnico capacitado), a insuficiência de recursos para o crédito, os prazos de pagamento baixos, a dificuldade para o enquadramento no programa e mesmo o desconhecimento do programa (Cerqueira; Rocha, 2002 apud Rocha Junior; Cassuce; Cirino, 2017, p. 104).

Além do faturamento, como fator para enquadramento dentro destes programas, esses recursos repassados, como são chamados, exigem alguns documentos essenciais, como a Declaração de Adaptação ao Pronaf, a DAP, para produtores enquadrados no Pronaf, consulta de empregadores, que é uma consulta onde é incluído todos os produtores que tenham registros de trabalho escravo, ITR negativa, que é o Imposto Territorial Rural cobrado pelos

municípios em convênio com a receita federal, entre outros documentos (Mendonça et al., 2022, p. 1435).

Nessa pesquisa será investigado a burocracia e a complexidade dos pequenos agricultores para acessarem o crédito rural em Goiás, com mudanças ocorridas no sistema pós-pandemia da Covid-19, nos anos 2021 a 2025.

A partir disso, é válido destacar a seguinte problematização: de que modo a complexidade burocrática afeta o acesso ao crédito rural por agricultores familiares, e quais procedimentos podem ser aplicados para suavizar esses entraves?

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar a complexidade burocrática enfrentada por pequenos produtores para adquirirem o crédito rural em Goiás no período pós-pandemia da Covid-19 de 2021 a 2025, de forma específica, estudar sobre o programa fornecedor da linha de crédito para pequenos agricultores no Brasil, analisar o processo burocrático para a obtenção do crédito rural, compreender os desafios enfrentados pelo produtor nos procedimentos necessários para a solicitação e aprovação do crédito rural, além de sugerir possíveis meios e soluções para facilitar o acesso.

Dessa maneira, esse estudo é importante, porque contribui na compreensão dos desafios que os pequenos agricultores sofrem para obter acesso ao crédito rural e visa sugerir alternativas para a melhoria da participação nessa política pública.

METODOLOGIA DE PESQUISA OU MATERIAL E MÉTODO

O método de pesquisa utilizado é de natureza básica, trata-se da análise teórica sobre a burocracia enfrentada pelos pequenos produtores no contexto pós-pandemia. Assim sendo, a pesquisa é descritiva:

[...] objetivo de trazer mais informações sobre o assunto em questão. A ideia é coletar a maior quantidade possível de informações (atributos e variáveis) sobre o assunto que possam ajudar a responder questões do tipo “o que” e “como”, ou seja, questões com foco na descrição (Sordi, 2017, p. 76).

A pesquisa será realizada através de abordagem qualitativa, em que se centraliza na compreensão e interpretação. “[...]se volta à subjetividade dos sujeitos (ou objetos) estudados e é operacionalizado de forma mais indutiva, objetivando a construção de teorias [...]” (Sordi, 2017, p.63).

Outrossim, a pesquisa será bibliográfica, nesse sentido, será baseada em artigos científicos (online), livros, guia do crédito rural (online), consulta em site do Banco do Brasil, documentos oficiais expressos de órgãos públicos como: Ministério da Fazenda,

Conselho Monetário Nacional (CMN) e outros, que contribuam para o entendimento teórico da discussão sobre o direito de acesso ao crédito rural.

Nessa perspectiva, será realizada uma pesquisa de avaliação ex post, porque objetiva analisar as mudanças ocorridas no período pós pandemia de Covid-19.

Ainda, o tipo de pesquisa será pesquisa-ação, pois será realizado o registro das informações obtidas no estudo, além de propor medidas que contribuam para a solução dos problemas encontrados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa ainda está em andamento, mas os resultados parciais indicam que os principais obstáculos encontrados por pequenos agricultores no acesso ao crédito foram as exigências documentais excessivas, como, na modalidade Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) custeio, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), o Imposto Territorial Rural (ITR) quitado, o recibo do Cadastro Ambiental Rural (CAR), entre outros. Dessa maneira,

Para acessar o Pronaf, o agricultor familiar deve apresentar o CAF [...] documento essencial para que os agricultores familiares possam acessar programas de apoio e políticas públicas voltadas ao setor[...] Após essa etapa, os documentos necessários devem ser apresentados à instituição financeira, com a qual o agricultor mantém vínculo (MAPA, 2020 apud Santos et al., 2025, p. 7-8).

A falta de regularização fundiária, principalmente em pequenas propriedades também é um problema, na qual o ocupante de uma terra não possui documentação legal que comprove seu direito de posse ou propriedade.

A falta de regularização fundiária [...] representa um desafio significativo para os produtores de baixa renda. Isso ocorre porque [...] exigem uma série de documentos para participação. Um desses documentos é a titulação da terra (Banco do Brasil, 2024 apud Costa, 2024, p. 19).

Também, a ausência de assistência técnica qualificada, que deveria oferecer suporte aos agricultores na navegação pelos processos burocráticos e na elaboração de projetos de crédito, não está cumprindo seu papel adequadamente, principalmente no pós-pandemia, em que os negócios se tornaram mais tecnológicos, ampliando a exclusão de pequenos agricultores sem conhecimento suficiente para manejar o mundo digital.

[...] persistem desafios estruturais históricos que foram agravados pelo contexto pós-pandêmico. Problemas como a informalidade e a dificuldade de acesso a tecnologias [...] continuam comprometendo a capacidade produtiva, especialmente dos pequenos agricultores (Soares, 2025, p. 26).

Por esses vários motivos, a burocracia e a complexidade enfrentada pelos agricultores no processo da garantia do crédito rural, muitas vezes, resultam na desistência.

[...] a necessidade de documentações obrigatórias em caso de repasse das verbas públicas para o pequeno e médio agricultor, que, além de exigir tempo, para que fiquem prontos e consigam ser passados aos bancos ou cooperativas de crédito, exigem recurso financeiro por parte de quem solicita o crédito, visto que alguns documentos tem um custo muito elevado e são necessários para que seja concretizada a proposta de crédito (Mendonça et al., 2022, p. 1432).

Logo, acontecem menores investimentos em práticas agrícolas modernizadas, ocasionando produtividade e renda menores em relação aos que têm o acesso facilitado. Nesse contexto, para solucionar esses problemas, deve haver simplificação dos processos para que haja a amenização da burocracia e a flexibilização das exigências documentais para facilitar o acesso ao crédito. Ainda, é necessário o fortalecimento da assistência técnica, com ampliação de instituições governamentais ofertando suporte contínuo aos pequenos agricultores, bem como capacitação digital para esses produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a pesquisa visa compreender o modo que a complexidade burocrática afeta o acesso ao crédito rural por pequenos produtores, e quais procedimentos podem ser aplicados para suavizar os obstáculos. Assim, os resultados parciais evidenciam que a documentação exigida, a burocracia, a falta de suporte técnico são os principais desafios que levam muitos agricultores a desistirem, enfatizando medidas para que o acesso seja facilitado. Conclui-se que o objetivo geral de investigar a complexidade burocrática enfrentada por pequenos produtores para adquirirem o crédito rural em Goiás no período pós-pandemia da Covid-19 de 2021 a 2025, e o de forma específica, de estudar sobre o programa fornecedor da linha de crédito para pequenos agricultores, o processo burocrático para a obtenção do crédito rural, os desafios enfrentados pelo produtor nos procedimentos necessários para a solicitação e aprovação do crédito rural, além de sugerir meios e soluções para facilitar o acesso, foram parcialmente atingidos, uma vez que a pesquisa está em andamento e ainda não foi concluída.

REFERÊNCIAS

OPITZ, Silvia Carlinda B. **Curso completo de direito agrário**, 11ª edição. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p. 265. ISBN 9788547217044. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547217044/>. Acesso em: 24 out. 2025.

ROCHA, G., OZAKI, V.. Crédito rural: histórico e panorama atual. **Revista de Política Agrícola**, Distrito Federal, ano 29, n. 4, p. 27, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1536>. Acesso em: 24 out. 2025.

ROCHA Junior, A., CASSUCE, F., CIRINO, J. Determinantes do uso do crédito rural do Pronaf em 2014. **Revista de Política Agrícola**, Minas Gerais, ano 26, n. 2, p. 104, 26, out. 2017. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1275>. Acesso em: 24 out. 2025.

MENDONÇA, L. B et al. Crédito rural e agricultura familiar: sua importância para o desenvolvimento do setor agrícola: Rural credit and family agriculture: their importance for the development of the agricultural sector. **Brazilian Journal of Business**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 1432-1435, 30 jun. 2022. DOI: 10.34140/bjbv4n3-024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/52197>. Acesso em: 24 out. 2025.

SORDI, José Osvaldo. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. E-book. p. 63-76. ISBN 9788547214975. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547214975/>. Acesso em: 24 out. 2025.

SANTOS, Simone Dias Farias et al. OS DESAFIOS NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO PELOS PISCICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE PALMAS-TO. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 7-8, 15 jan. 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n1-90-2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1643>. Acesso em: 24 out. 2025.

SOARES, Thatyane Ananias. **A dinâmica do crédito rural no Brasil**: análise do financiamento de custeio e impactos da Pandemia de Covid-19, Porto Alegre, p. 26, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/294776> . Acesso em: 24 out. 2025.

Costa, Thainara B.. **A importância da regularização fundiária rural para a efetivação do direito à moradia e da função social da terra**. 2024. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação (Direito) - Universidade Estadual de Goiás, Aparecida de Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/5620>. Acesso em: 24 out. 2025.